



**GEDES**

Grupo de Estudos de Defesa e  
Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE  
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

**INFORME BRASIL Nº09/2024**

Período: 30/03/2024 - 05/04/2024

**GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ**

- 1- 60 anos do golpe militar I: Manifestantes protestaram em São Paulo em repúdio à ditadura
- 2- 60 anos do golpe militar II: Políticos e ministros se manifestaram sobre a data
- 3- 60 anos do golpe militar III: Periódicos publicaram reportagens especiais sobre o período
- 4- 60 anos do golpe militar IV: Colunistas comentaram sobre o golpe de 1964
- 5- 60 anos do golpe militar V: Quartel de Juiz de Fora faz referência ao 31 de março
- 6- 60 anos do golpe militar VI: Estado reconhecerá culpa na perseguição indígena durante a Ditadura Militar
- 7- 60 anos do golpe militar VII: Congresso inaugurou exposição que evidencia violações do regime militar
- 8- 60 anos do golpe militar VIII: Comissão de Anistia concedeu anistia política à Clarice Herzog
- 9- Periódicos e colunistas comentaram a votação no STF que definiu o papel dos militares na política brasileira
- 10- Marinha e Polícia Federal apreendem 212 quilos de cocaína no Porto de Santos em São Paulo

1- 60 anos do golpe militar I: Manifestantes protestaram em São Paulo para recordar a data

Em reportagem, a *Folha de S. Paulo* noticiou que, no dia 31/03/2024, manifestantes foram às ruas em diversas capitais para recordar os 60 anos da Ditadura Militar (1964-1985). O periódico citou como exemplo a 4ª Caminhada do Silêncio em São Paulo, que teve como ponto de concentração a sede do antigo Destacamento de Operações de Informações do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), local onde militares torturavam presos políticos. O evento foi organizado pelo Movimento Vozes do Silêncio, o Núcleo de Preservação da Memória Política e a Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo (OAB-SP), e recebeu apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. De acordo com a *Folha*, durante os discursos do evento, o deputado estadual Eduardo Suplicy (PT-SP) preferiu não mencionar a decisão do governo de Luiz Inácio Lula da Silva de vetar ações oficiais sobre a data, enquanto a deputada federal Luiza Erundina (PSOL-SP) pontuou a dificuldade de se julgar esse posicionamento. Segundo reportagem do jornal *Correio Braziliense*,

também estiveram na caminhada o ex-deputado estadual Nilmário Miranda, assessor especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade do governo federal, o ex-ministro da Casa Civil, José Dirceu, e as autoras da ação judicial que alega que o coronel do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra foi um torturador. A respeito dos protestos, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), manteve-se em silêncio. Já o irmão de Lula, José Ferreira da Silva, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) durante o regime militar, declarou apoio à decisão do presidente em vetar os atos. Ele, que também foi preso e torturado, afirmou que a posição de Lula é uma forma de “preservar o governo”. Além disso, de acordo com o *Correio*, Lula ainda se opõe a instalar novamente a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. (*Correio Braziliense* - Política - 01/04/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 01/04/24)

2- 60 anos do golpe militar II: Autoridades políticas comentaram sobre o período  
Em reportagens, os periódicos *Correio Braziliense* e *Folha de S. Paulo* destacaram que diversos ministros do governo federal se posicionaram sobre o dia 31 de março e os 60 anos do golpe militar de 1964. Silvio Almeida, ministro dos Direitos Humanos e Cidadania, e Paulo Pimenta, ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência, condenaram a Ditadura Militar (1964-1985) em suas redes sociais. Cida Gonçalves, ministra das Mulheres, e Paulo Teixeira, ministro do Desenvolvimento Agrário, prestaram homenagens às pessoas que foram presas, torturadas, mortas e que tiveram familiares desaparecidos no período. Já a ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, a deputada federal e presidente do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann (PR), o deputado federal José Guimarães (PT-CE) e o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) também teceram comentários de repúdio ao golpe e a favor da democracia. Em outra matéria do *Correio*, noticiou-se que a ex-presidente da República, Dilma Rousseff (PT), também se manifestou em suas redes sociais e pontuou a importância de lembrar os acontecimentos da ditadura, com o fito de impedir que aconteça novamente. Segundo o periódico, na época da ditadura, Rousseff foi presa no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Juiz de Fora (MG), além de integrar as organizações políticas como o Comando de Libertação Nacional (Colina) e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares). Segundo a *Folha*, a ex-presidente foi homenageada pelo advogado-geral da União, Jorge Messias, e pela ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco. Já o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, citou o golpe de 1964 no âmbito do julgamento a respeito dos limites das atribuições das Forças Armadas. Em seu voto contrário à interpretação de que o artigo 142 da Constituição Federal garantiria às Forças Armadas um papel de “poder moderador”, Dino afirmou que o 31 de março marca um “período abominável” da história brasileira. O jornal *O Estado de S. Paulo* também noticiou sobre os posicionamentos de figuras políticas nas redes sociais e afirmou que o reduzido número de manifestações se justifica pela posição de silêncio do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT). De acordo com *O Estado*, Lula contava com que militares e auxiliares civis não comentassem o tema, a fim de não aumentar tensionamentos entre as Forças Armadas e o governo federal. A *Folha*, por sua vez, destacou que o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), também optou por não comentar sobre o período. Em oposição às manifestações repudiando o golpe, em outra

reportagem do *Correio Braziliense*, o periódico informou que o ex-vice-presidente da República e senador, general Hamilton Mourão (Republicanos-RS), elogiou a ditadura. Para o general, o dia 31 de março representaria a data de uma revolução democrática. Ademais, Mourão afirmou que os militares no poder permitiram que o país avançasse e que a ditadura salvou a nação. (*Correio Braziliense* - Política - 01/04/24; *Folha de S. Paulo* - Política - 01/04/24; *O Estado de S. Paulo* - Política - 01/04/24)

### 3- 60 anos do golpe militar III: Periódicos publicaram reportagens especiais sobre o período

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* destacou que a minuta do decreto que visavam manter o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), no governo possui semelhanças com as justificativas para o golpe de 1964 e a manutenção da Ditadura Militar (1964-1985). Segundo estudiosos entrevistados pelo jornal, em ambos os acontecimentos houve uma tentativa de dar legalidade a atos inconstitucionais. De acordo com a professora de direito constitucional da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Vera Chueiri, a suposta tentativa de golpe do bolsonarismo foi menos sofisticada que a de 1964. Já o professor de direito do Centro Universitário Claretiano de Batatais (Ceucar) e autor do livro “Legalidade e autoritarismo: o papel dos juristas na consolidação da Ditadura Militar de 1964”, Danilo Pereira Lima, pontuou que o apoio da comunidade jurídica ao golpe militar também foi um fator importante que não esteve presente em 2022. Em outra reportagem, a *Folha* debateu como a cidade de São Paulo parece ter esquecido dos acontecimentos da ditadura. Segundo o jornal, há poucos lugares que fazem alusão ao período, a exemplo do museu “Memorial da Resistência”, o Portal da Pedra, que é resquício do Presídio Tiradentes, e uma pedra encravada na calçada do bairro Jardins que lembra o assassinato do guerrilheiro Carlos Marighella. A *Folha* ainda destacou que, além desses poucos lugares, a memória da ditadura permanece viva nos parentes das vítimas e nos grupos que se esforçam para conseguir justiça. Em outra reportagem, o jornal ressaltou a resistência negra durante o período, quando personalidades negras importantes contribuíram para a luta, mas tiveram sua participação diminuída ou completamente apagadas da memória nacional. Entrevistado pela *Folha*, o mestre em História da África pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Andersen Figueiredo, afirmou que militantes do movimento negro em Salvador eram perseguidos e tinham reuniões vigiadas. Segundo ele, “o movimento negro era subversivo [para os militares], pois ia contra o projeto do regime ao dizer que no Brasil existia racismo”. O historiador também destacou a ênfase histórica ao “relato dos heróis brancos”. Já o doutor em história social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), Janailson Macêdo Luiz, destacou que a resistência também ocorria através de movimentos culturais, citando o bloco carnavalesco afro Ilê Aiyê, na Bahia, e as festas de “soul music” no Rio de Janeiro, ambos mal vistos e monitorados pelo regime. Também entrevistada pela *Folha*, Tauana Gomes Silva, doutora em história pela Université Rennes 2, na França, em cotutela com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), as pessoas negras e indígenas ainda são mostradas na história brasileira como passivas, e sobretudo as contribuições de mulheres negras tendem a ser apagadas por conta do sexismo e racismo. Silva destacou como exemplos a

enfermeira Maria Diva de Faria e a atriz e teatróloga Thereza Santos, ambas militantes contra a ditadura cujos nomes possuem pouco destaque. (Folha de S. Paulo - Política - 01/04/24; Folha de S. Paulo - Política - 02/04/24)

#### 4- 60 anos do golpe militar IV: Colunistas comentaram sobre o golpe de 1964

Em coluna opinativa ao periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Irlam Rocha relembrou um grupo de artistas que, em dezembro de 1964, se uniu para produzir um show que ficou conhecido como “Opinião”. Após conquistar o público, o grupo composto por artistas como Zé Keti, Nara Leão e Augusto Boal tornou-se uma referência na música de protesto contra a Ditadura Militar (1964-1985) e ganhou registro em álbum homônimo lançado em 1965. Rocha destacou que “sessenta anos depois, a ditadura militar, de triste memória, voltará a ser fustigada” pois o Grupo Opinião será recriado em uma nova montagem em São Paulo. O jornalista concluiu apelando para que “mantenhamo-nos atentos, uma vez que, recentemente, uma tentativa de golpe militar foi esboçada e prontamente repudiada e contida — ainda bem, por decisiva ação do Supremo Tribunal Federal”. Em outra coluna opinativa ao *Correio*, a professora-associada do Departamento de Saúde Coletiva e ex-diretora da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília (UnB), Fátima Sousa, discorreu a respeito da resistência da UnB durante o período da ditadura no Brasil, quando estudantes, técnicos administrativos e professores se organizaram para realizar debates clandestinos, produzir conhecimento crítico e manter “viva a chama da liberdade e da democracia”. Para a professora, é necessário manter viva a recordação do Golpe de 64 na mente dos jovens, um período “sombrio de nossa história”, para que possamos valorizar a democracia e “lutar por um país mais justo e livre de violações aos direitos humanos, como nos recorda a obra do professor Roberto A. Salmeron”. Sousa relembrou a perseguição sofrida pelos professores, alunos e servidores da UnB, afetando a liberdade de pensamento e o pluralismo acadêmico da universidade. O texto concluiu afirmando que, apesar das adversidades enfrentadas pela comunidade acadêmica da UnB, a instituição “manteve seu farol aceso, iluminando a defesa da democracia, promovendo a liberdade de pensamento, expressão e pluralidade de ideias. Sua atuação é um exemplo inspirador para outras instituições de ensino e para a sociedade brasileira” e terminou com os dizeres “Ditadura, nunca mais! Democracia, sempre!”. Em coluna opinativa para a *Folha de S. Paulo*, a doutora e pesquisadora Camila Rocha destacou que, mesmo após 60 anos da ditadura militar, a sociedade brasileira se tornou militarizada e refém das Forças Armadas. Segundo Rocha, um sintoma dessa situação é o silêncio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sobre os 60 anos do golpe. Ademais, de acordo com a pesquisadora, outro fato que comprova isso é a Lei Orgânica Nacional das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, sancionada no ano passado e que é entendida pelo escritor Adilson Paes de Souza como “hipermilitarização das Polícias Militares”. A respeito disso, Rocha pontuou que a legislação coloca os policiais militares à margem da proteção dos direitos humanos, fazendo com que não haja incentivo para que eles atuem de forma a respeitar os direitos dos cidadãos. Por fim, ela também ressaltou como a impunidade e a ausência de medidas que visem reduzir as mortes pela intervenção policial demonstram como a sociedade é controlada por “armas e coturnos legados pela ditadura militar”. Em coluna opinativa a *O Estado de S.*

*Paulo*, o jornalista e professor aposentado da UnB, Flávio Tavares, escreveu sobre a ditadura militar de 1964, destacando que “existem datas que, pelos malefícios ou maldades provocados, jamais podem ser esquecidas”. Tavares narrou seu trabalho como jornalista na época, recordando “com nitidez a sessão do Congresso Nacional em que o senador-presidente, sem qualquer debate, declarou ‘vaga’ a Presidência da República – numa sessão em plena madrugada e que durou no máximo dez minutos”. A partir de então, “começaram com prisões a esmo e a cassação de mandatos parlamentares ou a tortura como método de interrogatório dos presos políticos, e logo a censura na imprensa, rádio e televisão”, sempre por meio de Atos Institucionais. Segundo o jornalista, as ações eram motivadas pela possível “comunização” do Brasil, considerando que o presidente João Goulart propunha “reformas de base”, como a reforma agrária e financeira. Tavares destacou também o papel que os Estados Unidos tiveram no golpe, destacando que “a historiadora Phyllis Parker descobriu, nos arquivos da CIA e do Departamento de Estado, a Operação Brother Sam, que descrevia a participação americana no golpe”. Outro fato que reforçaria isto seria a presença da esquadra americana na costa brasileira, partindo da base naval de Norfolk, com o porta-aviões Forrestal à frente, destinado a Santos e com possibilidade de intervir no Brasil. O colunista reforçou que no “dia 2 de abril, a esquadra recebeu ordem de voltar, pois o presidente João Goulart tinha desistido de resistir e o movimento golpista já havia triunfado”. De acordo com Tavares, “o golpe no Brasil serviu de modelo” para golpes militares em diferentes países da América do Sul, nos quais “as Forças Armadas assumiram o poder político e aplicaram todo horror possível”. O jornalista encerrou afirmando: “por tudo isso (além de outros detalhes), os 60 anos do golpe militar não podem ser esquecidos e são uma data a sempre lembrar”. Em outra coluna à *Folha*, o jornalista Oscar Pilagallo afirmou que os jornais da época, incluindo a *Folha de S. Paulo*, incitaram “com entusiasmo” a conspiração contra o ex-presidente João Goulart, a fim de preparar a opinião pública “para a intervenção que rasgava a Constituição do país”. Pilagallo destacou a criação do programa “Rede da Democracia”, onde as rádios Jornal do Brasil, Globo e Tupi, dos Diários Associados, “juntaram esforços para combater o que identificavam como ameaça comunista”, num acordo costurado pelos próprios donos dos veículos. Já os editoriais destes periódicos explicitavam a posição pró-golpe, celebrando “a vitória da democracia” contra “a implantação de um regime comunista” e ostentando manchetes como “Vive a nação dias gloriosos”, atribuindo o desfecho da ação militar à “Providência Divina”. O jornalista destacou ainda que Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal *O Estado de S. Paulo*, chegou a receber o general Orlando Geisel na sede do periódico e respondeu positivamente à proposta de derrubar João Goulart, redigindo uma carta intitulada “Roteiro da revolução”, exortando a intervenção militar. Pilagallo concluiu informando que foi Mesquita Filho que também redigiu um documento semelhante aos Atos Institucionais, prevendo a suspensão temporária de direitos políticos e garantias constitucionais. Já o economista André Roncaglia, em coluna opinativa ao jornal *Folha de S. Paulo*, ressaltou que o golpe civil-militar de 64, “por ser um dos eventos mais significativos da história brasileira, [...] precisa ser lembrado, debatido e esmiuçado, sob pena de o vermos repetido”. Para o economista, o governo de João Goulart (Jango) foi cercado por fortes disputas ideológicas e crise econômica, que gerou intensa polarização política. Segundo Roncaglia, “a combinação desses fatores mobilizou a oposição contra Jango e criou um

terreno fértil para a erupção do golpismo, que já assediava nossa jovem democracia desde 1954”. A caracterização de João Goulart como “facilitador de uma ‘conspiração comunista’” e o pânico que essa narrativa disseminou guarda semelhanças com a retórica bolsonarista atual. Por fim, o colunista afirmou que “relembrar e repudiar o golpe de 1964 previnem contra a epidemia de negacionismo histórico, [...] é vacina antigolpe para reforçar a imunidade democrática”, e acrescentou, “nas palavras de Ulysses Guimarães, ao promulgar a Constituição de 1988: “Temos ódio à ditadura... ódio e nojo!”. (Correio Braziliense - Opinião - 02/04/24; Folha de S. Paulo - Colunas e blogs - 01/04/24; Folha de S. Paulo – Política – 02/04/24; Folha de S. Paulo - Mercado - 05/04/24; O Estado de S. Paulo - Espaço Aberto - 05/04/24)

#### 5- 60 anos do golpe militar V: Quartel de Juiz de Fora faz referência ao 31 de março

Em reportagem, o periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que há uma referência ao dia 31 de março na antiga sede da 4ª Região Militar, atual 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, no quartel de Juiz de Fora, estado de Minas Gerais. A homenagem está exposta na sede da unidade que se autodenomina “Brigada 31 de março” e que justifica seu nome no site oficial pelo “papel decisivo e corajoso na eclosão da revolução democrática”. De acordo com a *Folha*, o quartel foi onde o general Olympio Mourão Filho reuniu as tropas e se deslocou para o Rio de Janeiro depor o então presidente da República, João Goulart. O jornal destacou ainda que, em nota, o Comando do Exército não fez menção a qualquer intervenção na homenagem nem utilizou o termo “golpe”, dizendo apenas que “os acontecimentos de 31 de março de 1964 representam fato histórico enquadrado em uma conjuntura de 60 anos atrás” e reforçando seu foco no “cumprimento da sua missão constitucional”. Procurados pela *Folha*, os ministérios da Defesa e de Direitos Humanos e Cidadania não se manifestaram. (Folha de S. Paulo - Política - 01/04/24)

#### 6- 60 anos do golpe militar VI: Estado reconhecerá culpa na perseguição indígena durante a Ditadura Militar

De acordo com reportagem do periódico *Correio Braziliense*, a Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, realizou um julgamento que prevê o reconhecimento da culpa do Estado na perseguição, tortura e morte de indígenas atingidos pela violência dos agentes do regime militar (1964-1985). Será o primeiro pedido de desculpas a um agrupamento e de forma coletiva. O julgamento dos indígenas abarca os povos Krenak, de Minas Gerais, e Guarani-Kaiowá, de Mato Grosso do Sul. A Comissão Nacional da Verdade havia contabilizado anteriormente que cerca de 8 mil indígenas foram mortos e perseguidos durante a ditadura. Após o julgamento para o perdão aos indígenas, segundo o *Correio*, será realizado um novo pedido oficial de desculpas, mas a um grupo de nove chineses que foram presos e torturados no início da ditadura, sem terem qualquer relação com “atos subversivos”. Por suas origens, eram acusados de tentativa de implementação do comunismo no Brasil. Das nove pessoas apontadas pela Comissão, oito já morreram. (Correio Braziliense - Política- 02/04/24)

#### 7- 60 anos do golpe militar VII: Congresso inaugurou exposição que evidencia violações do regime militar

De acordo com reportagem do periódico *Correio Braziliense*, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados inauguraram uma exposição sobre o período da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985), evidenciando as mortes, torturas e desaparecimentos empreendidos pelo regime. O evento também lançou o livro "Tempos de chumbo", com fotos organizadas por Carolina Brito, filha do fotógrafo Orlando Brito, profissional que fez a cobertura do golpe de 1964, da campanha das "Diretas Já", nos anos 1980, e da redemocratização do país. Segundo o *Correio*, alguns desses registros fazem parte da exposição, dispostos nos corredores do Senado. (*Correio Braziliense* - Política- 02/04/24)

#### 8- 60 anos do golpe militar VIII: Comissão de Anistia concedeu anistia política à Clarice Herzog

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Comissão de Anistia aprovou, no dia 03/04/2024, a condição de anistiada política à Clarice Herzog, viúva do jornalista Vladimir Herzog. Clarice foi perseguida política pela Ditadura Militar (1964-1985) por lutar por investigação e justiça com relação à morte de seu marido, vitimado por agentes da repressão nas dependências do Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Segundo o *Correio*, a presidente da Comissão de Anistia, Eneá Stutz, afirmou durante a cerimônia que “Nenhum Estado tem o direito de usar de seu poder e investir contra seus próprios cidadãos”. De maneira unânime, a Comissão também aprovou o pedido de perdão e desculpas do Estado por esta violação. Ademais, Clarice terá direito a uma reparação econômica de R\$100 mil. O periódico *Folha de S. Paulo* destacou que este foi o segundo ato promovido pelo grupo na mesma semana, embora o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), tenha proibido eventos que evocassem a memória dos 60 anos do golpe de 1964. (*Correio Braziliense* - Política - 04/04/24; *Folha de S. Paulo* - Política – 04/04/24)

#### 9- Periódicos e colunistas comentaram votação no STF que definiu o papel dos militares na política brasileira

Segundo reportagem do periódico *Correio Braziliense*, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) formaram maioria e votaram contra a tese de que o artigo 142 da Constituição Federal define as Forças Armadas como um poder “moderador”, em caso de conflito entre os poderes. De acordo com a reportagem, o ministro Flávio Dino afirmou que a função militar é "subalterna" e classificou a Ditadura Militar (1964-1985) como um "período abominável". De acordo com o *Correio*, fontes do STF afirmaram ao jornal que o voto de Dino expressou a indignação com os eventos de 8 de janeiro de 2023. O jornal *O Estado de S. Paulo*, em reportagem, destacou o voto do ministro Gilmar Mendes, que disse ver com “perplexidade” a necessidade do STF em intervir para “afastar certas pretensões que seriam consideradas esdrúxulas na vasta maioria das democracias constitucionais”. *O Estado* também relatou que o comandante do Exército, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, se mostrou favorável à decisão do STF. Para o jornal, ele cumpriu o que se espera de qualquer democrata, mesmo que militar, ou seja, defender a Constituição. Dessa maneira, a maioria

do STF teria deixado claro que nem o Supremo, nem o Presidente da República podem ser considerados como esse quarto poder, e muito menos as Forças Armadas. Ainda de acordo com o periódico, os esforços de Paiva demonstrariam uma premissa, a despolitização das Forças Armadas, que deve ser mantida. Já o periódico *Folha de S. Paulo* ressaltou o voto do ministro Luiz Fux, relator do caso, onde afirma que "A chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes, relacionando-se a autoridade sobre as Forças Armadas às competências materiais atribuídas pela Constituição ao presidente da República". Em coluna opinativa ao periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde comentou a tese que tenta atribuir "poder moderador" aos militares, afirmando que o Supremo Tribunal Federal (STF) "toma todo cuidado" para não deixar margem de questionamento sobre o papel das Forças Armadas. Segundo Cantanhêde, os militares devem submissão ao poder civil. (Correio Braziliense - Política - 02/04/24; Folha de S. Paulo - Política - 02/04/24; O Estado de S. Paulo - Política - 02/04/24; O Estado de S. Paulo - Política - 04/04/24)

#### 10- Marinha e Polícia Federal apreenderam 212 quilos de cocaína no Porto de Santos em São Paulo

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, mergulhadores da Marinha do Brasil, junto a agentes da Polícia Federal (PF), encontraram no Porto de Santos, estado de São Paulo, 212 quilos de cocaína em um compartimento submerso de um navio mercante, que tinha como destino a Alemanha. De acordo com o jornal, o Primeiro Comando da Capital (PCC) tem tornado essa ação cada vez mais comum, escondendo um volume cada vez maior em cascos de navio a fim de driblar as autoridades. As investigações mostraram que esses pacotes são escondidos ou por pequenas lanchas, que se movimentam durante a noite com as luzes apagadas, ou por mergulhadores que saem das áreas de mata. A Marinha, por sua vez, informou *O Estado* que 1,68 tonelada de cocaína foi apreendida em cascos de navio no mesmo porto. Esse número representa o triplo do que foi apreendido no ano de 2020. Assim, desde o dia 06/09/2023, existe um efetivo de 1900 militares da Marinha empenhados nas ações contra o tráfico de drogas e armas, como consequência da Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), prevista para durar até 3 de maio. (O Estado de S. Paulo - Metrópole - 04/04/24)

#### **SITES DE REFERÊNCIA**

Correio Braziliense – [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [gedes@franca.unesp.br](mailto:gedes@franca.unesp.br)



## **Equipe**

### **Coordenação**

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (URFFJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

### **Supervisão**

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

### **Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco**

Ana Julia Ferreira dos Santos

Felipe Bechara Medeiros Giesteira

Isabelle Costa

Letícia Pereira de Lima

Marcela Furlan de Cena

Maria Luiza de Barros Costacurta

Mariana Terezinha Passos

Yasmin Duarte Resende

### **Equipe redação UFRRJ**

Alberto Machado Santos

Geremias Dias dos Santos de Carvalho

Letícia Ramos da Rocha

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Amaro Gonçalves Silva

Vinícius de Albuquerque Damasceno